O SIGILO NA ENTREGA VOLUNTÁRIA: ANÁLISE DE EVENTUAIS CONFLITOS ENTRE DIREITOS DOS GENITORES A PARTIR DO MELHOR INTERESSE DO RECÉM-NASCIDO ¹

Isabele Cristina Rodrigues Alvarenga Carvalho

RESUMO

O presente artigo analisa o direito de sigilo na entrega voluntária de recém-nascidos, consistindo essa em instituto jurídico que permite à pessoa gestante ou que recém deu à luz optar pelo não exercício da parentalidade. Embora o sigilo seja um direito essencial para proteger a privacidade da pessoa que deseja encaminhar o recém-nascido e evitar constrangimentos sociais, a depender do caso concreto, ele pode entrar em conflito com o direito do genitor ao reconhecimento da paternidade e com o melhor interesse da criança. O trabalho discute se cabe a relativização desse sigilo e a necessidade de um equilíbrio entre os direitos dos genitores e do infante, ressaltando a importância de diretrizes claras no ordenamento jurídico para garantir segurança e dignidade a todas as partes envolvidas.

Palavras-chave: Entrega voluntária; sigilo; paternidade responsável; melhor interesse da criança.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO. 1 ABANDONO E ABORTO DE RECÉM-NASCIDOS. 2 A ENTREGA VOLUNTÁRIA COMO ALTERNATIVA AO ABANDONO E AO ABORTO. 3 ENTREGA VOLUNTÁRIA. 4 O SIGILO NA ENTREGA VOLUNTÁRIA. 4.1 Eventuais conflitos de direitos na entrega voluntária a propósito do sigilo da genitora. 5 CONCLUSÃO. REFERÊNCIAS.

---

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito à obtenção do grau de bacharel em Direito junto ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Governador Valadares, sob a orientação da professora doutora Nara Pereira Carvalho.

APRESENTAÇÃO

A entrega voluntária consiste em instituto jurídico que assegura às pessoas que gestaram² o direito de não exercerem a parentalidade em relação ao recém-nascido.

O sigilo, no decorrer do processo de entrega, é garantido à pessoa que pretende fazer uso do instituto, podendo ser de extrema importância. Ele garante a preservação da identidade dessa pessoa, a qual tem o direito de não ter os dados processuais divulgados, protegendo sua privacidade e evitando qualquer tipo de exposição ou constrangimento. Tem como fito assegurar um ambiente seguro para a tomada de decisão, garantindo que seja feita, ao máximo possível, de maneira digna e sem pressão social.

Esse sigilo, no entanto, não é absoluto, estando legalmente estabelecido, conforme se verá adiante, que a pessoa gerada tem, querendo, o direito de conhecer a sua origem biológica, assim como acessar de maneira irrestrita ao processo referente à entrega voluntária após completar 18 anos de idade. Ainda há dúvidas quanto à aplicação desse direito em relação à família extensa e ao genitor, uma vez que não está claro na legislação em que contextos ele deve prevalecer.

É essencial garantir clareza nos procedimentos relacionados à entrega voluntária de crianças. O cenário jurídico atual carece de um norte definido, respeitando os limites do devido processo legal. Considerando a falta de disposições legais claras sobre o assunto, abre-se margem para interpretações distintas do artigo 19-A do ECA (Brasil, 1990). Por exemplo, em seu §3º, está previsto que a busca pela família extensa respeitará o prazo de 90 dias, prorrogável por igual período, mas não está expresso se deve existir uma busca ativa desses familiares por parte da Vara da Infância e Juventude e se eles poderão ter conhecimento dos autos.

De maneira semelhante, se a Vara da Infância e da Juventude for buscada espontaneamente por genitor ou família extensa com a pretensão de ficar com a criança entregue à adoção pela genitora que optou pelo sigilo, como a questão deverá

---

² Embora o artigo 19-A da lei 8.009/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) trate da entrega voluntária destacando a possibilidade de “[a] gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção” [destacou-se] fazer uso do instituto, reconhece-se que homens trans também gestam e, portanto, podem se valer da entrega voluntária. Não obstante, devido à maior incidência do instituto a mulheres, o presente trabalho se restringirá a elas.

ser dirimida. Dessa maneira, a gestante e a mãe que querem fazer a entrega voluntária têm direito ao sigilo. Ao mesmo tempo, são orientadas frente ao direito de a criança conhecer a sua origem biológica. Além, pode o direito ao sigilo por parte da gestante entrar em conflito com eventual direito do genitor ao exercício da paternidade e com o melhor interesse da criança, ao ser negado a ele informações processuais.

O trabalho, então, propõe-se a tratar do alcance do sigilo em relação ao genitor quando a parentalidade pode ser exercida por ele. Para tanto, adota-se a técnica da análise de conteúdo, com foco na interpretação de legislações e textos jurídicos. Assim, a partir do método jurídico-dogmático, realiza-se investigação das normas jurídicas vigentes, sua aplicação e os conflitos interpretativos relacionados ao sigilo na entrega voluntária.

A abordagem envolve um estudo da legislação aplicável, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que regulamenta o procedimento de entrega voluntária e estabelece diretrizes para o sigilo da gestante. Para aprofundar a compreensão do problema jurídico, utilizam-se textos jurídicos, abordando a interpretação de especialistas no campo do Direito da Família e da infância e adolescência. A doutrina é fundamental para contextualizar a entrega voluntária dentro dos princípios da dignidade da pessoa humana, do melhor interesse da criança e da paternidade responsável.

Dessa forma, o trabalho combina a interpretação da legislação, a revisão doutrinária e análise de julgados para construir uma argumentação fundamentada sobre os limites e as possibilidades do sigilo na entrega voluntária, evidenciando os desafios jurídicos e a necessidade de maior clareza normativa sobre o tema.

1 ABANDONO E ABORTO DE RECÉM-NASCIDOS

De acordo com o artigo 226, § 7º, da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), o planejamento familiar é de livre decisão do casal, sendo vedada qualquer forma coercitiva por parte do Estado quanto a ela. Tendo esse dispositivo como parâmetro, a lei n. 9.263/1996 [lei de planejamento familiar] (Brasil, 1996), nos artigos 2º ao 5º, assegura o direito de acesso a informações, métodos e recursos para esse fim, reforçando a necessidade de garantir às pessoas o direito de decidir sobre a

reprodução com base em critérios éticos e científicos, promovendo o acesso a serviços e orientações adequadas.

O próprio texto constitucional lastreia o planejamento familiar nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável. Assegura-se, assim, a um só tempo, que crianças sejam concebidas e criadas em condições adequadas para seu desenvolvimento e que a decisão de ter filhos seja pautada em fatores como estabilidade emocional, social e econômica, bem como no acesso a suporte médico e psicológico. Quanto ao planejamento familiar:

Primeiro, prevê a liberdade do casal em decidir, livremente e a partir de sua própria vontade, se desejam exercer a paternidade/maternidade e de que modo. É a afirmação do direito fundamental ao livre uso do corpo, bem como da autodeterminação reprodutiva.

O segundo parâmetro a ser observado no texto constitucional é o direcionamento à figura estatal. Estabelece taxativamente a obrigação do Estado em viabilizar o direito ao planejamento familiar de forma instruída e consciente, propiciando os meios educacionais e científicos necessários.

Da mesma forma, veda políticas autoritárias de controle de natalidade, inviabilizando a prática de medidas coercitivas. É a garantia de direitos fundamentais de liberdade sobre o corpo, uma vez que restringe a atuação do Estado sobre a esfera de deliberação e escolha da pessoa (Souza, 2019, p. 18).

Nesse sentido, o artigo 3º do ECA (Brasil, 1990) reforça que toda criança tem direito à proteção e cuidados que garantam seu desenvolvimento integral, evidenciando a importância do planejamento familiar para assegurar um ambiente adequado para o seu crescimento saudável. Dessa forma, o planejamento familiar não apenas protege os direitos reprodutivos dos pais, mas também contribui para o bem-estar da criança e da família como um todo, alinhando-se ao princípio da dignidade da pessoa humana previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal (Brasil, 1988).

É sabido, contudo, que o cenário ideal nem sempre é o que ocorre, sendo necessária a discussão sobre o que deve ser feito frente a gravidezes indesejadas que já estão em curso. As pessoas, frente a essa realidade, acabam optando por atitudes ilegais. Uma dessas práticas é o abandono, o qual está tipificado no artigo 134 do Código Penal:

Art. 134 - Expor ou abandonar recém-nascido, para ocultar desonra própria

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

§ 1º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - detenção, de um a três anos.

§ 2º - Se resulta a morte:

Pena - detenção, de dois a seis anos (Brasil, 1940).

O abandono não é algo recente ou exclusivo de nossa sociedade. Em um aparato histórico geral a seu respeito, essa prática era recorrente na Antiguidade e se manifestava de maneira muito cruel. Na Grécia, ocorriam atos como o *ektithenai*, um ritual em que o pai decidia o destino do recém-nascido por motivos como deformidades, ilegitimidade e questões de ordem econômica, de modo que esse era abandonado em um lugar selvagem, deixados à mercê da própria sorte, em um contexto de extremo sofrimento. Em Roma, ocorria um ritual em que o infante era depositado aos pés de seu pai, que, se o desejasse, o pegava no colo, caso contrário, a criança era deixada nas ruas, falecendo de frio e/ou de fome (Weber, 2000).

Na própria Bíblia Sagrada, tal temática foi abordada, colocando como responsabilidade da sociedade amparar os órfãos. Nessa linha de pensamento, a Igreja Católica, durante a Idade Média, militava contra o abandono na tentativa de reprimir tais atos (Marílio, 1998). A Igreja criou então hospitais para atender e acolher crianças abandonadas. Nesses hospitais, havia a presença de amas-de-leite que, em suas próprias casas, cuidavam dos infantes até o momento em que fossem desmamados, quando retornavam ao acolhimento (Marílio, 1998).

No século XII, durante o período de episcopado do Papa Inocêncio III, iniciou-se o que ficou conhecido como “Rodas dos Enjeitados” ou “Rodas dos Expostos”, uma estrutura de roda de madeira colocada no muro, com um colchão, onde era deixada a criança sem identificação de quem a abandonara. Ao tocar uma campainha, a criança era acolhida, apresentando-se essa medida como alternativa ao infanticídio (Cavalcante, 2019; Marílio, 1998). Essa medida preservava o anonimato dos doadores, reduzindo, assim, o número de abortos, infanticídios e protegendo a integridade da família, especialmente quando a gravidez ocorria fora dos padrões sociais da época (Fonseca; Kelly, 2014; Souza, 2011).

No Brasil, essas rodas foram criadas apenas no século XVIII, perdurando até 1950. No livro “Famílias abandonadas”, Venâncio (1999) realiza análise comparando as cidades Rio de Janeiro e Salvador, na viragem do século XVIII para o XIX.

Buscando encontrar a causa dos abandonos de recém-nascidos, através de bilhetes deixados por familiares na Roda dos expostos, o autor concluiu que não se tratava de ato de egoísmo ou falta de amor, mas que tinha a pobreza como uma das principais causas. Já Maria Luiza Marílio (1998), em seus estudos feitos no Rio de Janeiro, acredita que, em sua maioria, foram relações condenadas pela sociedade, tidas como ilícitas, que levavam ao abandono. De maneira semelhante, João Alfredo dos Anjos (1997), tendo como referência a documentação da Santa Casa da Misericórdia do Recife, associa as causas do abandono à condição de bastardo, ao comportamento sexual desregrado e à questão da ilegitimidade.

Hodiernamente, o abandono de recém-nascidos por suas genitoras ainda faz parte de nossa sociedade,

“No caso de bebês e recém-nascidos, geralmente ocorre por causa de mulheres que enfrentam uma gravidez indesejada e, num estado de muita vulnerabilidade emocional, não veem outra alternativa e abandonam o bebê em locais que expõem a perigo inicialmente, mas com a expectativa de que alguém vai encontrar e cuidar dele”, explica a magistrada Katy Braun do Prado, da Vara da Infância, da Adolescência e do Idoso de Campo Grande (Prado, 2023).

Em relação ao abandono paterno, em 2021, segundo dados da Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC), 167.285 crianças foram registradas sem o nome do pai no Brasil; no mesmo ano, no Maranhão, 10.112 não tiveram o nome do pai no registro (Tv Ufma, 2022). Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que 11,6 milhões de famílias são formadas por mães solo, ou seja, mães que criam seus filhos sozinhas sem apoio do genitor, em 2021. Levantamento da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN), por sua vez, mostra que em 2023, dos 2,5 milhões nascidos no Brasil, 172,2 mil deles têm pais ausentes – quantidade 5% maior do que o registrado em 2022, de 162,8 mil (ARPEN Brasil, 2024).

Conforme expresso por Katy, esse abandono por parte da genitora geralmente ocorre pela vulnerabilidade emocional por elas carregadas, que se veem sem alternativas. Essa vulnerabilidade, pode se dar em decorrência do abandono paterno, que é expressivamente maior do que o materno, num cenário no qual se associa maternidade ao feminino, as mulheres seriam concebidas para a maternidade.

A noção de feminilidade muitas vezes está umbilicalmente associada à ideia de fertilidade e procriação, trazendo consigo a ideia do papel “natural” de ser mãe. A

mulher nesse cenário, pertence a um espaço doméstico, atrelada a serviços do lar e a criação dos filhos, a natureza feminina está incorporada ao ser mãe, ao cumprimento de um dever. Além da cobrança de atribuições do gerar e cuidar, a sociedade ainda exige que a mulher incorpore o mercado de trabalho (Souza, 2019, p. 10-11).

Esse pode ser um fator determinante para o abandono de recém-nascidos pela genitora, uma vez que a ausência de suporte emocional, financeiro e social impacta diretamente a saúde mental e a capacidade de lidar com a maternidade. Quando o pai se ausenta, a mulher pode experimentar sentimentos intensos de solidão, insegurança, incapacidade, desamparo e sobrecarga. Dessa forma, o que já é um desafio significativo, torna-se ainda mais difícil sem um parceiro que compartilhe as responsabilidades, levando a mãe a sentir que não possui recursos emocionais ou materiais para cuidar da criança.

Num cenário no qual o abandono paterno já é juridicamente recorrente, o instituto da entrega voluntária seria uma possibilidade frente a uma maternidade socialmente compulsória.

A falta de apoio familiar ou social agrava essa sensação, fazendo com que algumas mulheres enxerguem a entrega voluntária ou, em casos mais extremos, o abandono do recém-nascido como a única solução possível, essas mulheres enfrentam uma falta de suporte e situação de extrema vulnerabilidade e desespero. A título de ilustração, o relato a seguir demonstra essa situação:

Numa manhã de terça-feira, dirigi-me ao quarto 226 da maternidade onde se encontrava Maria. Em seu prontuário, previamente consultado, constava que ela tinha 25 anos de idade e havia dado à luz um menino, quarto filho de sua quarta gestação, e manifestado a intenção de entregá-lo para adoção. Seu bebê recém-nascido encontrava-se na unidade neonatal, visto que nessa maternidade não há berçário e os bebês permanecem ao lado da mãe no alojamento conjunto. Maria não tivera contato com o bebê no momento do nascimento, disse ter assim preferido, pois sentia medo de não conseguir deixá-lo caso o visse.

Ao ser questionada sobre sua família, seus filhos e sua história de vida, contou-me que fora morar com seu companheiro aos 15 anos de idade, o pai de seus quatro filhos, quatro meninos: de dez, sete e três anos de idade e o bebê que acabara de nascer. Nos últimos anos seu marido, que era um "bom homem", segundo suas palavras, começou a beber, e junto da bebida vieram todas as consequências que destroem uma família. Maria e os três filhos foram, então, morar com seus pais.

Na casa de seus pais moram ainda alguns irmãos, todos trabalham na lavoura para sustentar a casa, inclusive seus filhos de dez e sete

anos de idade, que madrugam para ir para a roça e estudam no período da tarde. Maria não conta com ajuda alguma do pai de seus filhos, por esse motivo, desde quando descobriu a gravidez, decidiu que o iria entregar para adoção, pois não poderia deixar de trabalhar para cuidar do bebê.

Quanto ao posicionamento da família frente a essa decisão, disse que seus pais concordaram, e que seu filho de dez anos lhe dissera: "Se for pra ele ter que trabalhar como a gente, então dá ele, mãe, pra uma família rica, pra ele poder brincar" (Boing, Crepaldi, 2004).

O abandono de recém-nascidos a esmo pode vir a gerar riscos irreversíveis à vida e à saúde da criança, expondo-a a vírus, desnutrição, infecções, em um momento em que o sistema imunológico ainda está imaturo. Tal prática, portanto, urge mitigação.

Assim como o abandono, outra saída encontrada frente a gravidezes indesejadas é o aborto, que em nosso ordenamento jurídico é, em regra, ilegal, conforme previsto no Código Penal.

Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque: (Vide ADPF 54)
Pena - detenção, de um a três anos (Brasil, 1940).

Tal prática é a quinta maior causa de mortes maternas no Brasil (Brasil, 2024). Esses procedimentos são implementados em geral sem adequações sanitárias mínimas, o que leva à disseminação de infecções crônicas, hemorragias e até mesmo à morte.

Existem certas técnicas praticadas pela própria paciente, tais como: introdução de corpos estranhos, são utilizados palitos de fósforo, grampos de cabelo, talos de couve, catéteres vesicais. Este método, aliás bastante eficiente, leva a altíssimos índices de infecções pós-aborto, sendo a principal etiologia do aborto materno; duchas vaginais, constituem-se habitualmente em soluções saponáceas, aplicadas em fortes jatos sob pressão. A solução pode transpor a trompa, levando a peritonite química, com icterícia e insuficiência renal. Vale ressaltar que o emprego de substâncias tóxicas pode acarretar eventuais complicações renais e hepáticas; as manobras intra-uterinas sugerem possíveis perfurações; a incapacidade técnica do "profissional" e de certos procedimentos apontam para agravantes infecciosos (Araujo, 2001).

Mulheres de classe social mais baixa tendem a usar métodos arriscados, como substância tóxica ou instrumentos inadequados para aborto clandestino. Isso pode

levar a graves efeitos colaterais, como infertilidade e, em casos extremos, até mesmo a morte. Além disso, sem apoio psicológico compatível, os danos emocionais podem ser enormes, gerando o sentimento de culpa, vergonha e traumas duradouros. Além do mais, os abortos inseguros sobrecarregam o sistema de saúde pública, que precisa lidar com complicações graves decorrentes dessas práticas.

A entrega voluntária é uma via legal e tida como alternativa a essas duas práticas, o aborto e o abandono. Quando ocorre uma gravidez indesejada, o uso do instituto é uma saída viável, mais segura e proporciona maior amparo tanto à genitora quanto ao infante. Em um cenário em que, culturalmente, o abandono paterno é expressivo e muitas vezes não gera qualquer responsabilização, caso a genitora abandone a criança que gerou sem passar pelo procedimento da entrega voluntária, incorre em ilícito. A entrega voluntária é, assim, o único mecanismo legal de desassociação da progenitura da mulher com o exercício da maternidade.

2 A ENTREGA VOLUNTÁRIA COMO ALTERNATIVA AO ABANDONO E AO ABORTO

Torna-se evidente que o abandono de infantes e o aborto ilegal são práticas perigosas e que precisam ser combatidas. A entrega voluntária é tida como uma alternativa a esses meios ilegais de não exercício da parentalidade, a única possibilidade de a pessoa que gerou alguém não ser lastreada juridicamente pelo Direito de Família à pessoa gerada.

Conforme apresentado, as motivações que levam a genitora a não ficar com a criança gerada são diversas. Ela pode, por exemplo, ser um ato de amor, movido pelo desejo de que o infante tenha boas condições de vida, ciente de que o Estado tomará as medidas cabíveis para que a adoção se concretize de maneira célere e para famílias aptas a exercer a parentalidade, onde a criança deverá ser adequadamente acolhida:

Estabelecemos com frequência uma correlação direta e estreita entre abandono e adoção, a qual é normalmente aceita, seja pela comunidade científica, seja pela sociedade de modo geral. O uso do termo “abandono”, livre de questionamentos, revela uma postura preconceituosa e paradoxal em relação à mãe que “desiste” de criar seu filho. Sua aplicação é indiscriminada e escora-se em nossa

ignorância em relação à mãe ou pais biológicos que entregam seus filhos em adoção, seus motivos e a diversidade de fatores presentes nessa entrega (Motta, 2008).

Não se descarta, entretanto, a possibilidade de uso do instituto por motivações egoístas, com o intuito de não ser responsabilizada civil e criminalmente. Em todos os cenários, existe demasiada diferença entre a genitora que decidiu de forma consciente entregar a criança à adoção, e a que simplesmente a abandona.

Ressalte-se que recém-nascidos apresentam maiores chances de serem adotados rapidamente, visto que muitas famílias buscam acolher crianças mais novas. De acordo com dados no Sistema Nacional de Adoção (SNA, 2025), enquanto há 10.781 pretendentes interessados em crianças de 2 a 4 anos, apenas 201 consideram adotar adolescentes de 12 a 14 anos e 84 para aquelas de 14 a 16 anos. Existem 874 crianças com mais de 16 anos disponíveis para adoção, mas apenas 106 pretendentes ativos interessados nessa faixa etária. Esse dado reforça que muitas dessas crianças e adolescentes acabam crescendo sem uma família adotiva, tornando a destituição do poder familiar tardia uma medida que pode condená-las a um longo período de institucionalização. Crianças pequenas (de até 6 anos de idade) têm muito mais chances de adoção devido à alta demanda, havendo 5.903 pretendentes para até 2 anos contra apenas 392 crianças disponíveis.

Durante o processo de entrega, a destituição do poder familiar ocorre de forma muito célere. Se ela ocorrer tarde demais, a criança perderá a 'janela de maior aceitação' para adoção, reduzindo suas chances de encontrar uma família. Assim, quanto mais velha a criança, menores as chances de ser adotada, reforçando a necessidade de soluções alternativas para viabilizar o encaminhamento da adoção em situações em que a gestante já considera o seu não exercício. A esse respeito, ilustrativa a fala da defensora pública Juliana Andrade, segundo a qual, tratando de crianças abandonadas, "o destino da maioria é ficar na unidade de acolhimento. O que a gente quer é lutar para, se ele tem que ir para a unidade de acolhimento, que fique lá o menos tempo possível" (Andrade, 2013).

Na entrega voluntária, os infantes, muitas vezes, nem mesmo vão ao acolhimento, sendo encaminhados diretamente para uma família. Nos casos em que ocorre a adoção tardia, crianças e adolescentes podem enfrentar dificuldade de se adaptarem ao novo lar, uma vez que estavam inseridas em um contexto totalmente

diferente, em que muitas vezes vivenciam grandes traumas, em decorrência de negligência, violência e abusos, desenvolvendo dificuldade de consolidar vínculos afetivos. Nesse sentido:

Existe uma série de receios com relação à adoção de crianças maiores, que se manifestam medos: das sequelas psicológicas deixadas pelo abandono e institucionalização; das influências provocadas pelo ambiente de origem; das dificuldades de adaptação; de que a criança guarde ressentimentos; que traga maus costumes; de que as lembranças da família, que pode ter tido antes, não deixem criar novos vínculos familiares (Ferreira, 1994, p.142).

Na entrega voluntária, a destituição do poder familiar ocorre de forma rápida e eficiente, evitando esses imbróglios. Assim, a entrega não só se configura como uma opção mais segura, mas também como uma ação que tem como fim o bem-estar da criança e preserva seus direitos, ao ser acompanhada de uma supervisão judicial que visa garantir a proteção necessária durante o processo de adoção. Essa entrega será tratada de forma específica no próximo tópico.

3 ENTREGA VOLUNTÁRIA

A entrega voluntária é legalmente prevista na lei 8.069 [Estatuto da Criança e Adolescente (ECA)] (Brasil, 1990). Foi inicialmente instituída em 2016 através da lei 13.257 (Brasil, 2016), que incluiu o § 1º ao artigo 13 do ECA, dispondo que “[a]s gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude”.

O ECA é pautado nos princípios da proteção integral, o qual garante que as crianças e adolescentes sejam tratados como sujeitos de direitos com prioridade absoluta, e do melhor interesse da criança e do adolescente, que tem como fim assegurar que qualquer medida adotada deva priorizar seu bem-estar, desenvolvimento saudável e inserção em um ambiente seguro e acolhedor. Nesse sentido, a entrega voluntária reflete diretamente esses princípios, já que possibilita que mulheres que não tenham condições de exercer a maternidade possam, sem penalização, entregar a criança gerada para adoção de forma legal e protegida. Ao garantir um procedimento seguro e humanizado, esse instituto protege a mãe em situação de vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, assegura que a criança seja

encaminhada para uma família capaz de proporcionar um ambiente adequado ao seu desenvolvimento.

O artigo 19-A foi acrescentado ao ECA pela Lei nº 13.509/2017 (Brasil, 2017), trazendo uma regulamentação mais detalhada sobre a entrega voluntária e reforçando a proteção à mãe e à criança. Essa previsão buscou garantir que o procedimento ocorresse de forma segura, humanizada e sem qualquer tipo de penalização ou estigmatização para a genitora, conforme previsto:

Art. 19-A. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.

§ 1º A gestante ou mãe será ouvida pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, que apresentará relatório à autoridade judiciária, considerando inclusive os eventuais efeitos do estado gestacional e puerperal.

§ 2º De posse do relatório, a autoridade judiciária poderá determinar o encaminhamento da gestante ou mãe, mediante sua expressa concordância, à rede pública de saúde e assistência social para atendimento especializado.

§ 3º A busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período.

§ 4º Na hipótese de não haver a indicação do genitor e de não existir outro representante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente deverá decretar a extinção do poder familiar e determinar a colocação da criança sob a guarda provisória de quem estiver habilitado a adotá-la ou de entidade que desenvolva programa de acolhimento familiar ou institucional.

§ 5º Após o nascimento da criança, a vontade da mãe ou de ambos os genitores, se houver pai registral ou pai indicado, deve ser manifestada na audiência a que se refere o § 1º do art. 166 desta Lei, garantido o sigilo sobre a entrega.

§ 6º Na hipótese de não comparecerem à audiência nem o genitor nem representante da família extensa para confirmar a intenção de exercer o poder familiar ou a guarda, a autoridade judiciária suspenderá o poder familiar da mãe, e a criança será colocada sob a guarda provisória de quem esteja habilitado a adotá-la.

§ 7º Os detentores da guarda possuem o prazo de 15 (quinze) dias para propor a ação de adoção, contado do dia seguinte à data do término do estágio de convivência.

§ 8º Na hipótese de desistência pelos genitores - manifestada em audiência ou perante a equipe interprofissional - da entrega da criança após o nascimento, a criança será mantida com os genitores, e será determinado pela Justiça da Infância e da Juventude o acompanhamento familiar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 9º É garantido à mãe o direito ao sigilo sobre o nascimento, respeitado o disposto no art. 48 desta Lei.

§ 10. Serão cadastrados para adoção recém-nascidos e crianças Cacolhidas não procuradas por suas famílias no prazo de 30 (trinta)

dias, contado a partir do dia do acolhimento (Brasil, 1990 [texto atual]).

No âmbito do procedimento de viabilização da entrega voluntária, a pessoa ainda gestante ou após ter dado à luz deve procurar um dos órgãos que integram a rede de proteção à infância e juventude: hospitais, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Conselhos Tutelares, Programas de Saúde da Família, órgão de defesa e proteção dos direitos da mulher, entre outros. Após, será aberto um processo que correrá na Vara da Infância e da Juventude, onde a pessoa que deseja fazer uso do instituto será ouvida por uma equipe interprofissional. Essa equipe irá realizar um estudo social e o apresentar à autoridade judiciária, que, em conjunto com o Ministério Público, avaliará o caso e tomará as medidas cabíveis.

Assim, será realizada uma escuta especializada, em que serão identificados se aquela mulher está sendo constrangida a entregar a criança, se seu desejo surgiu apenas por faltas de condições econômicas, em que serão apresentados auxílios que poderão ser ofertados por meio dos órgãos judiciais, e informados todos os seus direitos. Se a reintegração familiar não for possível, a criança será colocada sob guarda provisória de um candidato à adoção ou em uma entidade que desenvolva programas de acolhimento.

Caso a gestante desista da entrega após o nascimento, ela terá o prazo de dez dias após a audiência de confirmação da entrega para manifestar seu arrependimento. Essa audiência tem como finalidade formalizar a entrega do bebê para adoção e, nela, a mulher será informada a respeito das consequências legais do seu ato. No cenário de haver desistência dentro do prazo estipulado, ou anteriormente à audiência de formalização, a criança será mantida com ela, com acompanhamento familiar. Entretanto, após esse período, não será mais possível desistir da entrega.

Não obstante, apesar de regulamentar o procedimento, o artigo ainda abre margem para questionamentos quanto ao sigilo à família extensa e ao genitor, considerando que, no §3º, por exemplo, está posto que deve haver uma busca à família extensa, mas não deixa claro se deve existir uma busca ativa ou em quais situações ela deve ocorrer. Cabe, então, tratar de maneira mais pormenorizada o sentido e as possíveis implicações do direito ao sigilo.

4 O SIGILO NA ENTREGA VOLUNTÁRIA

O direito à privacidade e ao sigilo da mulher que optar pela entrega voluntária da criança a que gerou é um dos pilares desse instituto. Ele resguarda a identidade da mulher e visa a garantir sua autonomia no processo, resguardando seu direito de autodeterminação fundamentada em sua liberdade de escolha. A utilização desse instituto deve ser uma decisão que parte da pessoa que gestou, tomada sem medo de exposição pública ou julgamento social, sem riscos de retaliação social ou familiar ou interferências externas indevidas sejam elas sociais, familiares ou institucionais.

Protege-a, também, de situações de vulnerabilidade e evita possíveis danos emocionais, psicológicos e sociais, pois resguarda sua privacidade em um momento delicado, reduzindo sentimento de culpa, vergonha ou ansiedade que poderiam ser agravados pela exposição. No aspecto social, a confidencialidade tem como fim diminuir as discriminações ou estigmatizações que poderiam comprometer sua reintegração na sociedade e seu bem-estar futuro. Promove-se, assim, um ambiente onde as decisões da mulher que pretende fazer uso do instituto sejam respeitadas e acolhidas.

Conforme exposto anteriormente, o artigo 19-A do ECA não é suficientemente claro a respeito do sigilo no procedimento da entrega voluntária. Para trazer maior clareza ao procedimento, a Resolução nº 485/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) trata da questão, sendo apontado como normativa que avança na proteção dos direitos de gestantes, parturientes e recém-nascidos, estabelecendo diretrizes mais específicas para a entrega voluntária de crianças para adoção (Brasil, 2023).

No artigo 5º da Resolução é disposto sobre o direito ao sigilo:

Art. 5º A gestante ou parturiente deve ser informada, pela equipe técnica ou por servidor designado do Judiciário, sobre o direito ao sigilo do nascimento, inclusive, em relação aos membros da família extensa e pai indicado, observando-se eventuais justificativas apresentadas, respeitada sempre sua manifestação de vontade e esclarecendo-se sobre o direito da criança ao conhecimento da origem biológica (ECA, art. 48).

§ 1º O direito ao sigilo é garantido à gestante criança ou adolescente inclusive em relação aos seus genitores, devendo, nesse caso, ser representada pelo Defensor Público ou advogado a ela nomeado.

§ 2º Será garantido o sigilo dos prontuários médicos e da finalidade do atendimento à gestante/parturiente nas unidades de saúde,

maternidades e perícias médicas de autarquias previdenciárias, notadamente quando noticiada a intenção de entrega para adoção.

§ 3º Caso não haja solicitação de sigilo sobre o nascimento e a entrega do filho, será consultada a pessoa gestante ou parturiente sobre a existência de integrantes da família natural ou extensa com quem ela tenha relação de afinidade para, se possível, e com anuência dela, também serem ouvidos.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, a busca de integrantes da família extensa respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período por decisão judicial fundamentada (Brasil, 2023).

Embora a resolução trate do sigilo em relação à família extensa e ao genitor, ela consiste em ato regulamentatório que estabelece diretrizes e procedimentos para o funcionamento do Poder Judiciário, visando à padronização e à eficiência na aplicação das leis. Diferentemente de uma lei, em que há aplicação geral para toda a sociedade, a resolução do CNJ tem caráter administrativo e normativo, regulando a atuação dos tribunais e órgãos do Judiciário. Além disso, a resolução não pode inovar no ordenamento jurídico, não pode criar direitos ou obrigações novas que não estejam previstas em lei, apenas regulamentar e detalhar a aplicação das normas já existentes sem ultrapassar os limites estabelecidos pela legislação.

Torna-se evidente que o sigilo é de suma importância para a realização desse instituto. Mesmo que sua aplicação ainda careça de orientações, fica claro que ele não é absoluto, entrando em divergência com o parto anônimo. Embora ambos tenham como objetivo proteger a criança e a mulher em situações de vulnerabilidade. Na entrega voluntária, a mãe tem o direito de retirar o consentimento concedido para a adoção até que o processo seja completamente finalizado.

Seu nome é mantido em sigilo perante os demais, mas, conforme dito, é conhecido pela autoridade. Trata-se, assim, de instituto diverso do parto anônimo, no qual se permite que a mulher dê à luz criança em um lugar seguro, como um hospital, sem se registrar ou sem se identificar e entregá-la para adoção imediatamente após o nascimento. Tal instituto, embora aplicável em diferentes países, a exemplo de França, Bélgica, Luxemburgo, Áustria, Índia, República Tcheca, África do Sul e Hungria (Freitas, 2008), não tem previsão no Brasil.

Conforme indicado na própria denominação do instituto, no parto anônimo, a identidade da mãe permanece absolutamente protegida, sem registro no processo de adoção. Na entrega voluntária, respeita-se o total anonimato da mulher, embora o

processo seja sigiloso, a identidade da mãe é conhecida pelas autoridades envolvidas, como assistentes sociais e psicólogos, e registrada no processo judicial. “Quando se faz a entrega voluntária, diferente de um parto anônimo, fica garantido o direito à memória, à verdade, à ancestralidade, e é possível que aquela pessoa conheça a sua própria história”, explicou a promotora de justiça Liz-Elainne (Mendes, 2024).

Assim, enquanto a entrega voluntária permite o sigilo relativo, o parto anônimo oferece anonimato absoluto.

[...] O parto anônimo diz respeito a um instituto que busca equalizar dois interesses contrapostos, de um lado garantir que uma criança indesejada pela mãe não seja vítima de abandono, aborto ou infanticídio e, de outro, que à mãe, que não quer ser mãe, seja assegurado o direito ao anonimato e a não formação da relação materno-filial (Albuquerque, 2007, p. 11).

Além disso, enquanto a entrega voluntária pode ser decidida antes ou depois do nascimento, o parto anônimo ocorre exclusivamente no momento do parto. Nesse contexto, a entrega voluntária para adoção envolve uma complexa rede de direitos e interesses, que abrange a autonomia da gestante, a proteção da criança e eventuais reivindicações do genitor. A confidencialidade do procedimento, embora funcione como um mecanismo de proteção, também gera tensões quando confrontada com o direito do pai ao reconhecimento da paternidade. Assim, a análise desse conflito exige uma reflexão sobre os limites do sigilo e suas implicações jurídicas e sociais.

4.1 Eventuais conflitos de direitos na entrega voluntária a propósito do sigilo da genitora

Embora o sigilo seja um dos componentes do procedimento da entrega voluntária, esse direito pode entrar em conflito com eventual direito do genitor ao reconhecimento e exercício da paternidade. Havendo o nascimento da criança e a mãe queira encaminhá-la à adoção, o genitor pode/deve ter acesso às informações e participar do processo? A questão central concerne, assim, em determinar em quais circunstâncias o direito da gestante ao sigilo deve prevalecer sobre o direito do pai ao reconhecimento da paternidade e como encontrar um equilíbrio justo para a restrição desses direitos.

Por um lado, o sigilo protege a gestante de julgamentos sociais, coerções e exposições indesejadas, garantindo-lhe um espaço seguro para tomar decisões

difíceis, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Por outro, o genitor pode reivindicar o direito de conhecer a existência do filho e participar de decisões relacionadas à sua criação ou mesmo ao encaminhamento para a adoção.

A ausência de diretrizes legais claras sobre o uso do sigilo pode intensificar esses conflitos, dificultando soluções justas e equilibradas. Por isso, é essencial que o sistema jurídico estabeleça critérios objetivos para a aplicação, conciliando os direitos da gestante e do genitor com o melhor interesse da criança, que deve sempre ser prioridade em qualquer decisão.

Uma demonstração dessa incerteza é uma recente decisão do Superior Tribunal de Justiça, de 2024, na qual os votos dos ministros apresentaram fundamentações divergentes quanto à aplicação do sigilo, evidenciando a falta de consenso sobre o tema. Embora tenham decidido de forma unânime no caso concreto, em dar provimento ao recurso especial para restabelecer a decisão que homologou a renúncia ao poder familiar materno de G. em relação ao infante M. R. D., as interpretações sobre o sigilo foram distintas. O voto do Ministro Relator Moura Ribeiro fundamentou a primeira corrente de pensamento apresentada a seguir, enquanto o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva embasou a segunda (Brasil, 2024).

Nesse sentido, serão exploradas essas duas correntes interpretativas em relação à aplicação do sigilo no instituto da entrega voluntária.

a) Primeira corrente: sigilo absoluto em relação ao genitor

De acordo com Finamori (2019), o sigilo permite que a genitora mantenha sua identidade em segredo, resguardando-a de possíveis estigmatizações e julgamentos públicos. Essa proteção evita que a mãe seja exposta a interpretações negativas ou preconceitos, o que poderia intensificar o sofrimento em um momento já delicado. A revelação de sua identidade, como apontam Correia, Silva e Glidden (2018), pode causar sérios riscos à sua privacidade, desencadeando danos emocionais e psicológicos.

Além disso, a ausência de sigilo abre margem para coerção, como observado por Gomes (2022). Isso ocorre quando terceiros interferem na decisão da mãe, impondo suas próprias expectativas e desconsiderando as necessidades e vontades

da mulher. O sigilo é, portanto, uma barreira importante contra essas interferências, protegendo a genitora em situações de vulnerabilidade.

Conforme aponta Nudem (2022), muitas mulheres enfrentam pressões sociais que derivam de normas de gênero profundamente enraizadas. Essas normas impõem a elas o papel de cuidadoras primárias, responsabilizando-as não apenas pela criação dos filhos, mas também por evitar ou planejar gravidezes. Essa sobrecarga histórica, como destacam Garcia e outros (2019), é resultado de uma desigualdade estrutural que delega às mulheres o dever quase exclusivo da reprodução e do cuidado, enquanto os homens raramente assumem responsabilidades semelhantes. Em um contexto de entrega voluntária, essas expectativas tornam-se ainda mais evidentes, reforçando o estigma contra mulheres que optam por essa alternativa.

Em suma, o sigilo na entrega voluntária é fundamental para proteger as genitoras contra estigmas, julgamentos e invasões de privacidade. Ele garante que possam tomar decisões informadas e seguras, baseadas em suas próprias circunstâncias, e sem o peso de pressões externas ou exposição pública.

Defende-se que o direito ao sigilo deve ser estendido à família biológica e ao genitor, com o objetivo de preservar a decisão da gestante. Segundo essa visão, a família do genitor só poderia ser consultada caso a gestante optasse por não manter o sigilo. Assim, o direito da gestante ao sigilo seria absoluto, abrangendo genitor e familiares, que só poderiam ser informados caso houvesse uma renúncia expressa da gestante. Esse entendimento se sustenta na premissa de que a gestante tem a prerrogativa exclusiva de decidir sobre a entrega voluntária e o sigilo, sem a necessidade de consulta ao genitor ou à sua família, conforme o disposto no art. 19-A, § 5º e § 9º do ECA:

§ 5º-Após o nascimento da criança, a vontade da mãe ou de ambos os genitores, **se houver pai registral ou pai indicado**, deve ser manifestada na audiência a que se refere o § 1º do art. 166 desta Lei, garantido o sigilo sobre a entrega [destacou-se] (Brasil, 1990 [redação atual]).

O ministro Moura Ribeiro, argumenta que o uso do conectivo “ou”, denota a ideia de que o suposto genitor será ouvido apenas caso for o pai registral, ou caso seja indicado pela genitora. Parte-se do pressuposto que o conectivo não teria sido posto em vão (Brasil, 2024).

§ 9º É garantido à mãe o direito ao sigilo sobre o nascimento, respeitado o disposto no art. 48 desta Lei (Brasil, 1990 [redação atual]).

Seguindo a mesma linha, foi priorizado pelo legislador a vontade da genitora, devendo ser posta a criança em família substituta em um momento anterior à busca da família extensa, não havendo na norma exceções. Houve, assim, uma inovação, em que o genitor foi “desconsiderado”, em razão da autonomia da vontade do legislador, que optou por dar essa escolha para a pessoa que gesta. Priorizou-se a mulher, que passa por todo o processo de gestação, que pode escolher ou não pelo parto sigiloso, não tendo importância os desejos do suposto genitor.

Quanto à identidade genética, o ministro defende que ela não foi excluída, apenas postergada, sendo o direito do adotado o conhecimento de suas origens genéticas, conforme previsto no ECA:

Art. 48. O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos (Brasil, 1990 [redação atual]).

Embora a adoção seja a última medida cabível, devendo ser feita de forma excepcional, conforme consta no art. 39, § 1º, do ECA, nem sempre permanecer no lar natural corresponde ao melhor interesse da criança, podendo ser o lar muitas vezes um ambiente de risco, com diversos desrespeitos a direitos fundamentais. Dessa forma, Moura acredita que apesar de preferencial a manutenção do infante em seu seio natural, não é algo que deve ser imposto em qualquer circunstância e preceito absoluto, devendo ser resguardadas de qualquer risco ou perigo. Nesse sentido, "entender que a criança precisa conhecer e vivenciar o amor, carinho, afeto e estes predicados não decorrem, necessariamente, da vinculação biológica" (Dallari, 2021, p. 168).

No Direito de Família hodierno, já se superou a ideia de que o vínculo sanguíneo é o único definidor da família. Insistir na permanência da criança em uma família biológica sem vínculos afetivos pode atrasar sua adoção, ficando a criança/adolescente acolhidos por longo período. Família, portanto, é onde se encontra amor e afeto, seja ela de sangue ou não. A paternidade não deve ser restrita

ao vínculo biológico, mas sim à vivência e ao exercício do papel de pai na vida da criança, deve ser entendida como papel que é exercido e construído através das ações e da relação de convivência, e não apenas pela transmissão genética. Nesse sentido, a paternidade se constrói por meio do afeto, da presença, do apoio emocional e da educação, e não necessariamente pela relação biológica.

A paternidade em si mesma não é um fato da natureza, mas um fato cultural. Embora a coabitação sexual, de que possa resultar gravidez, seja fonte de responsabilidade civil, a paternidade, enquanto tal, só nasce de uma decisão espontânea. Tanto no registro histórico, como no tendencial, a paternidade reside antes no serviço e no amor que na procriação. As transformações mais recentes por que passou a família, deixando de ser unidade de caráter econômico, social e religioso para se afirmar fundamentalmente como grupo de afetividade e companheirismo, imprimiram considerável reforço ao esvaziamento biológico da paternidade. Na adoção, pelo seu conteúdo eletivo, tem-se a prefigura da paternidade do futuro, que radica essencialmente na idéia de liberdade (Villela, 1979, p. 1).

Dessa forma, o reconhecimento mútuo e a afetividade surgem das pessoas, sendo formados nas interações interpessoais e na experiência vivida. Esses sentimentos não podem ser forçados ou aplicados de maneira geral nas relações. Portanto, apesar dos esforços frequentemente empregados, não é possível impor o afeto por meio do Direito, das ferramentas do Estado ou da biologia determinista (Souza, 2019, p. 15). De acordo com Moura Ribeiro, o instituto da "entrega voluntária para adoção" não caracterizaria uma violação ao direito fundamental à convivência familiar, pois este poderá ser assegurado no âmbito de uma família substituta que esteja disposta e apta a acolher a criança, zelando pelo seu bem-estar e atendendo aos seus interesses superiores (Brasil, 2024).

Esse parece ser o entendimento da Resolução nº 485/2023, do CNJ (Brasil, 2023), conforme dispõe, o Caput e o § 3º do artigo 5º:

Art. 5º A gestante ou parturiente deve ser informada, pela equipe técnica ou por servidor designado do Judiciário, sobre o direito ao sigilo do nascimento, inclusive, em relação aos membros da família extensa e pai indicado, observando-se eventuais justificativas apresentadas, respeitada sempre sua manifestação de vontade e esclarecendo-se sobre o direito da criança ao conhecimento da origem biológica (ECA, art. 48).

§ 3º Caso não haja solicitação de sigilo sobre o nascimento e a entrega do filho, será consultada a pessoa gestante ou parturiente sobre a existência de integrantes da família natural ou extensa com quem ela

tenha relação de afinidade para, se possível, **e com anuência dela**, também serem ouvidos [destacou-se] (Brasil, 2023).

Depreende-se que a família extensa será procurada apenas na hipótese de a genitora renunciar expressamente ao seu sigilo, devendo a mulher ser informada desse direito e sendo ele o pilar do instituto, assim como do direito da criança de conhecer sua família biológica.

b) Segunda corrente: direito à paternidade responsável e direito de identidade do filho

Pela segunda corrente, entende-se que, embora a gestante tenha o direito ao sigilo, ele não pode ser considerado absoluto, principalmente quando entra em conflito com o direito do genitor de reconhecer a paternidade e com o melhor interesse da criança. Este deve ser buscado ao máximo quando tratamos de seus direitos, que devem prevalecer, mesmo que isso signifique permitir que a criança tenha contato com sua família biológica em vez de optar imediatamente pela adoção.

Dessa forma, ainda que a mãe queira manter o sigilo, o pai identificado tem o direito de ser ouvido, considerando que a criança tem o direito de conhecer sua origem e crescer perto de sua família biológica, sempre que possível. Caso os familiares não saibam da gravidez, o sigilo pode ser mantido, mas, fora dessas situações, não faz sentido manter o sigilo sobre algo que já é de conhecimento da família.

O ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, defende que o ECA deixa claro que a vontade exclusiva da mãe somente prevalecerá caso não haja indicação do genitor ou não exista outro membro da família extensa em condições de assumir a guarda. Essa linha de interpretação encontra respaldo no art. 19-A do ECA, §3º e § 4º, que estabelece:

§ 3º-A busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período

§ 4º Na hipótese de não haver a indicação do genitor **e de não existir outro representante da família extensa apto a receber a guarda**, a autoridade judiciária competente deverá decretar a extinção do poder familiar e determinar a colocação da criança sob a guarda provisória de quem estiver habilitado a adotá-la ou de entidade que desenvolva programa de acolhimento familiar ou institucional [destacou-se] (Brasil, 1990 [redação atual]).

Dessa forma, quando o genitor é identificado e a criança tem o direito de saber sua origem, o sigilo pode ser relativizado, sempre em conformidade com o melhor interesse da criança. Nesse contexto, o interesse mais relevante nesse processo é o da criança, não o da mãe, em que deve ser preservado o direito à convivência com a família extensa, CNJ:

Art. 5º A gestante ou parturiente deve ser informada, pela equipe técnica ou por servidor designado do Judiciário, sobre o direito ao sigilo do nascimento, inclusive, em relação aos membros da família extensa e pai indicado, observando-se eventuais justificativas apresentadas, respeitada sempre sua manifestação de vontade e esclarecendo-se sobre o direito da criança ao conhecimento da origem biológica (ECA, art. 48) (Brasil, 2023).

É sabido que, ao completar 18 anos o adotando, se quiser, poderá ter acesso a informações a respeito de sua origem genética³. Contudo, caso o genitor não conste no processo, haverá uma lacuna em sua história. Hodiernamente, o conhecimento da identidade genética está ligado à dignidade pessoal, conforme entendimento do STJ:

- O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, estabelecido no art. 1º, inc. III, da CF/88, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, traz em seu bojo o direito à identidade biológica e pessoal.
- Caracteriza **violação ao princípio da dignidade da pessoa humana cercear o direito de conhecimento da origem genética**, respeitando-se, por conseguinte, a necessidade psicológica de se conhecer a verdade biológica [destacou-se] (SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp 833712 RS 2006/0070609-4, Relatora: Ministra Nancy Andrighi, Julgamento em: 17 maio 2007, Publicado em: DJ 04 jun. 2007, p. 347).

A esse respeito, Moreira Filho elucida:

Ao legar ao filho o direito de conhecer a sua verdadeira identidade genética, estamos reconhecendo-lhe o exercício pleno de seu direito de personalidade e a possibilidade de buscar nos pais biológicos as explicações para as mais variadas dúvidas e questionamentos que surgem em sua vida, como por exemplo, as explicações acerca da característica fenotípica, da índole e do comportamento social, das propensões ou resistência a certas doenças (Moreira Filho, 2002).

---

³ A genitora, não pode ser compelida a dizer quem é o suposto genitor, havendo diversas razões para não o fazer, inclusive ela pode não saber quem é. Sob pena de afronta ao direito de proteção de sua intimidade e ao princípio da legalidade (artigo 5º, inciso II e X, da CFRB/1998)

A dignidade da pessoa humana tem como base um valor intrínseco, um compilado de deveres e direitos que permeiam todos os indivíduos. O direito de conhecer a origem genética relaciona-se com esse princípio, na medida em que esse conhecimento permitirá que se tenha um reconhecimento social. De maneira semelhante, tem-se o julgado:

ADOÇÃO. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. POSSIBILIDADE. A par de o reconhecimento do estado de filiação ser direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, e a adoção irrevogável (arts. 27 e 48, ECA), há perfeita possibilidade de o filho adotivo investigar sua origem genética. Observância à Constituição Federal (art. 227, §6º). **O direito de conhecer a verdadeira identidade integra o conceito de dignidade da pessoa humana**, sendo descabido impedir o exercício da ação pelo fato de o investigante ter um pai registral ou ter sido adotado. Inexistência da impossibilidade jurídica do pedido. Determinado o prosseguimento do processo com abertura da instrução. APELO PARCIALMENTE PROVIDO, POR MAIORIA [destacou-se] (Rio Grande do Sul, 2006).

Ademais, não pode ser desconsiderado o fato de que, com o avanço da ciência e o conhecimento da origem genética, é possível prevenir doenças. Assim, vários são os motivos que podem levar alguém a querer ter o conhecimento de sua identidade biológica, seja por curiosidade, a fim de conhecer os seus antepassados; informações a respeito de impedimentos matrimoniais; o autoconhecimento, a fim de se entender características e hábitos; para fins médicos. Fato é que, na medida do possível, o Estado deve oferecer os meios necessários para que esse direito possa ser cumprido, a dignidade do indivíduo tem como base a identidade pessoal, que será feita com plenitude quando apropriado de sua história de vida, o que engloba o conhecimento de suas origens.

Nesse sentido, caso não se tenham informações no processo quanto à origem paterna do indivíduo, essa busca se restará prejudicada. Conforme trazido pelo Decreto No 99.710, de 21 de novembro de 1990, quando em conflito os interesses dos pais e da criança, o da criança deve ser resguardado

Art.18, item 1. Os Estados Partes envidarão os seus melhores esforços a fim de assegurar o reconhecimento do princípio de que ambos os pais têm obrigações comuns com relação à educação e ao desenvolvimento da criança. Caberá aos pais ou, quando for o caso,

aos representantes legais, a responsabilidade primordial pela educação e pelo desenvolvimento da criança. **Sua preocupação fundamental visará ao interesse maior da criança** [destacou-se] (Brasil, 1990).

A criança é sujeita de direitos, não um pertence dos pais, e esses interesses devem ser preservados. Como observa Morenise Puperi (2009), questões relacionadas ao estado de filiação podem justificar uma certa interferência na privacidade tanto do pai quanto da mãe, com o objetivo de garantir os direitos da criança. É fundamental, sem dúvida, buscar preservar ao máximo os direitos legítimos de todas as partes envolvidas. Contudo, admite-se algum grau de concessão, fundamentado nos princípios e objetivos previstos na Constituição Federal. É que, esses direitos do infante sobrepujam-se “ao aparente direito de intimidade de sua mãe em ocultar seu relacionamento sexual, bem como ao direito de seu pai à integridade física e à intimidade” (Puperi, 2009, p. 194).

Não obstante, o direito da mulher ao sigilo de forma absoluta entra também em conflito com o interesse do suposto genitor. Atualmente, busca-se equiparar a maternidade e a paternidade, não colocando uma como superior à outra, mas como faces de uma mesma moeda. O pai apresenta diversos deveres em relação aos seus filhos. Contudo, ele também detém direitos que devem ser resguardados, sendo preceito constitucional o exercício da paternidade responsável, conforme artigos 226, §7º e 229 da Constituição.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.
Regulamento

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade (Brasil, 1988).

Conforme tratado pelo ministro Ricardo Villas Bôas, não é viável admitir a entrega de um recém-nascido para adoção apenas com base na vontade exclusiva da mãe, sem a manifestação do genitor, caso este exista. Tal medida contrariaria o melhor interesse da criança, que prevê a convivência com a família biológica sempre que possível, além de conflitar com o artigo 1.634 do Código Civil, que estabelece que

"compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar" (Brasil, 2002).

Deve existir isonomia entre os gêneros⁴, é fato que no nosso país existem milhares de mães solas que enfrentam lutas diariamente para conseguir garantir subsistência a seus filhos sozinha, mas isso é uma mazela que urge mitigação, não isentando o Estado de considerar a figura do genitor que quer exercer a paternidade de forma responsável. O que se busca na construção do Direito é que os gêneros sejam tratados de forma igualitária, apenas de forma diferente na medida de suas diferenças, o que não se refere ao caso em questão. O instituto da paternidade, exercido de forma responsável, é base para uma sociedade estruturada, não devendo ser desvalorizado. Nesse sentido,

[o] princípio da paternidade responsável interessa não apenas às relações interprivadas, mas também ao Estado, na medida em que a irresponsabilidade paterna, somada às questões econômicas, tem gerado milhares de crianças de rua e na rua. Portanto, é um princípio que se reveste também de caráter político e social da maior importância. Se os pais não abandonassem seus filhos, ou, se exercessem uma paternidade responsável, certamente o índice de criminalidade seria menor, não haveria tanta gravidez na adolescência etc. (Pereira, 2021, p. 195).

A comunicação ao pai sobre o processo, caso sua identidade seja conhecida, lhe garantirá o direito de decidir se exercerá ou não a paternidade, à semelhança do que atualmente se prescreve em relação à mãe, já que a ambos deve ser atribuída igual valoração. Exercer o poder familiar é um direito do pai, não podendo ser relativizado de forma tão latente, não se mostra correspondente ao superior interesse da criança privá-la do conhecimento da sua origem paterna, bem como lhe tirar a possibilidade de conviver com seu pai, acaso este pretenda e deseje exercer uma paternidade responsável, com a justificativa de resguarda, de forma absoluta, o sigilo na entrega voluntária.

---

⁴ É importante reconhecer que as famílias não se limitam ao modelo tradicional de pai e mãe, sendo que a estrutura familiar pode variar de acordo com a realidade de cada indivíduo, incluindo aquelas formadas por diferentes arranjos, como pais solteiros, famílias homossexuais ou aquelas construídas por doação de gametas. O direito à identidade genética, nesse contexto, deve ser analisado com sensibilidade, levando em conta o impacto de uma possível quebra de anonimato, mas também garantindo o respeito à autonomia e à dignidade dos envolvidos. O vínculo afetivo e o cuidado com a criança têm grande relevância, e o reconhecimento da identidade familiar não se resume apenas ao aspecto genético.

O ministro acredita que apenas em situações excepcionais, em que os familiares não tenham conhecimento da gravidez ou não possuam condições de acolher a criança, é que se poderá dispensar a busca pela família extensa. Caso contrário, não faria sentido garantir à mãe o direito ao sigilo sobre um fato já conhecido, como a própria gestação.

5 CONCLUSÃO

A entrega voluntária é instituto jurídico recente no Direito brasileiro e representa avanços significativos no reconhecimento dos direitos e das escolhas individuais das mulheres, bem como na proteção integral das crianças. À medida do tempo, as concepções de maternidade e filiação evoluíram demasiadamente, de forma que hoje está incluso a possibilidade legítima de não exercício da maternidade, respeitando-se a autonomia da mulher e assegurando um processo estruturado que priorize o bem-estar do menor.

Em relação ao sigilo demandado no processo, conclui-se que, embora o direito ao sigilo da gestante seja uma importante ferramenta para assegurar sua privacidade e protegê-la contra pressões e estigmas sociais, esse direito não pode ser absoluto quando confrontado com o direito da criança à identidade e ao melhor interesse do menor e ao do genitor. Nesse sentido, conforme defendido na segunda corrente de pensamento, o sigilo relativo demonstra um maior equilíbrio entre os direitos da mãe, do genitor e da criança, considerando a paternidade responsável e a convivência familiar.

O reconhecimento da identidade genética, conforme expresso no artigo 48 do ECA e consolidado pela jurisprudência do STJ, é um componente do princípio da dignidade da pessoa humana. Esse princípio não apenas garante o autoconhecimento e a compreensão das raízes biológicas, mas também possibilita uma base sólida para o desenvolvimento psicológico e social do indivíduo. A igualdade de gêneros no exercício das responsabilidades parentais reforça a necessidade de se mitigarem práticas que excluam o genitor de forma desproporcional, assegurando a ambos os pais a possibilidade de decidir e participar do futuro da criança.

Portanto, a comunicação ao genitor sobre o processo de entrega voluntária, quando sua identidade for conhecida, é a saída mais compatível com a efetivação dos

direitos fundamentais da criança. Assim, sustenta-se que o direito ao sigilo da gestante deve ser ponderado, respeitando-se os direitos do genitor e, sobretudo, o princípio do melhor interesse da criança, que é o norte de todas as decisões envolvendo incapazes em razão da idade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Fabíola Santos. O instituto do parto anônimo no direito brasileiro. **Anais do Instituto Brasileiro de Direito de Família**. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/assets/upload/anais/64.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2025.

ANDRADE, Juliana. Abandono de recém-nascidos cresce 300% em um ano no Ceará. **G1 - Bom Dia Brasil**, 26 mar. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/03/abandono-de-recem-nascidos-cresce-300-em-um-ano-no-ceara.html>>. Acesso em: 11 mar. 2025.

ANJOS, João Alfredo. **A Roda dos enjeitados: enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

ARAUJO, Polyana Emanuela Garcia de. **Aborto: atualidade e complexidade**. Brasília: Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/8636/1/9658659.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2025.

ARPEN BRASIL. **Brasil registrou mais de 1.722 mil crianças sem nome do pai em 2023**. Disponível em: <<https://arpenbrasil.org.br/brasil-registrou-mais-de-1722-mil-criancas-sem-nome-do-pai-em-2023/>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BÖING, Elisângela; CREPALDI, Maria Aparecida. Os efeitos do abandono para o desenvolvimento psicológico de bebês e a maternagem como fator de proteção. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 197-206, dez. 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2004000300006>>. Acesso em: 03 mar. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Mortes maternas e aborto ilegal no Brasil**. 25 nov.2014. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/tv/445740-aborto-e-um-dos-principais-causadores-de-mortes-maternas-no-brasil/>>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Painel do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**. Disponível em:<<https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=cursel&select=clearall>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 485, de 18 de janeiro de 2023** [Regulamenta o art. 19-A do Estatuto da Criança e do Adolescente e dispõe sobre o procedimento de entrega voluntária de recém-nascido para adoção]. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/files/original1451502023012663d29386eee18.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 99.971, de 21 de novembro de 1990**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940** [Código Penal]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 13.509, de 22 de novembro de 2017** [Altera as Leis n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13509.htm>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990** [Estatuto da Criança e do Adolescente – Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996** [Lei de Planejamento Familiar]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. - **REsp: 833712 RS 2006/0070609-4**, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 17/05/2007. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?seq=693163&tipo=0&nreg=200600706094&dt=20070604&formato=PDF&salvar=false>>. Acesso em: 10 de março de 2025

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 2086404 - MG (2023/0252772-3)**. Relator: MINISTRO MOURA RIBEIRO, Data de Julgamento: 24/09/2024 Disponível em: <https://www.conjur.com.br/wp-content/uploads/2024/10/STJ_202302527723_tipo_integra_272827303.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CAVALCANTE, Talita Lopes. A roda dos enjeitados. **Anais do IX Seminário de Iniciação Científica (FAPERGS e CNPQ) e do XXIV Seminário Interinstitucional**, 2019. Disponível em: <<https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2019>>. Acesso em: 24 jan. 2025.

CORREIA, Paula Marianne Cararo; SILVA, Vanessa da; GLIDDEN, Rosina Forteski. Aspectos relacionados à adoção na percepção de acadêmicos de psicologia. **Pensando Fam.**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 137-153, dez. 2018.

DALLARI, Adilson Abreu. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 168.

FERREYRA, María Cristina. A adoção de crianças maiores. *In*: FREIRE, Fernando (org.). **Abandono e Adoção II**. Curitiba: Terre des Hommes, 1994, p. 142

FINAMORI, Simone; SILVA, Ana Beatriz Martins da. Identidade e pertencimento: Grupos de apoio à adoção e direito às origens. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 295-317, set. 2019.

FONSECA, Renato Luiz Silva; KELLY, Roberta Eliane Oliveira Gomes. **Acolhimento Institucional**: dos caminhos da história ao relato de experiência de atendimento de crianças e adolescentes na construção e perspectiva da autonomia. 2014. Disponível em: <<https://home.unicruz.edu.br/seminario>>. Acesso em: 24 jan. 2025.

FREITAS, Douglas Phillips. **Parto anônimo**. 16 maio 2008. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/artigos/412/Parto+An%C3%B4nimo>>. Acesso em: 14 mar. 2025.

GARCIA, Érika Maria; SILVA, Andreza Pereira da; GOMES, Letícia Cristina; et al. Risco gestacional e desigualdades sociais: uma relação possível? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 12, p. 4633–4642, dez. 2019. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.faminas.edu.br/jspui/bitstream/10.31.16.45/421/1/TCC%20ANDREZA%20PEREIRA%20DA%20SILVA%20GARCIA.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2025.

GOMES, Walter. **O drama da atriz Klara Castanho e a entrega legal e sigilosa em adoção**. 2022. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/publicacoes-textos-e-artigos/textos-e-artigos/2022/artigo_o-drama-da-atriz-klara-castanho-e-a-entrega-legal-e-sigilosa-em-adocao_walter-gomes.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2023.

MARÍLIO, Maria Luiza. **História social do abandono de crianças**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MENDES, Liz-Elainne. **Entrega voluntária para adoção é tema de videocast do MPDFT**. Disponível em: <<https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/15762-entrega-voluntaria-para-adocao-e-tema-de-videocast-do-mpdft>>. Acesso em: 10 mar. 2025

MOREIRA FILHO, José Roberto. Direito à identidade genética. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 55, mar. 2002. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2744>. Acesso em: 5 mar. 2025.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães abandonadas**: a entrega de um filho para adoção. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

NUDEM [Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher]. **A entrega legal para a adoção promovendo os direitos das mulheres e das crianças**. Paraná, 2022. Disponível em: https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/entrega_legal.pdf. Acesso em: 5 de fev. 2025.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das Famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

PRADO, Katy Braun do. 'Me deixou e nunca mais vi': País tem 8 casos de abandono de menor por dia. **UOL Notícias**, 22 out. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/10/22/casos-abandono-de-criancas-e-adolescentes-brasil.htm>. Acesso em: 11 mar. 2025.

PUPERI, Morenise. O direito fundamental da criança à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e a bioética. *In*: MILHORANZA, Mariângela Guerreiro; PEREIRA, Sérgio Gischkow Pereira (coords.). **Direito contemporâneo de família e das sucessões**: estudos jurídicos em homenagem aos 20 anos de docência do professor Rolf Madaleno. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2009, p. 193-195.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça (7. Câmara Cível). **Apelação Cível 70014442743/RS**. Relatora: Maria Berenice Dias, 26 abr. 2006. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php?nome_comarca=Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a%20do%20RS&versao=&versao_fonetica=1&tipo=1&id_comarca=700&num_processo_mask=&num_processo=70014442743&codEmenta=7706337&temIntTeor=true. Acesso em: 10 de fev. 2025.

SOUZA, Arisane de Almeida. **A Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia – uma abordagem sobre a Infância no Brasil (1910)**. Dissertação (Bacharel em História) – Universidade Católica de Salvador, 2011. Disponível em: <https://marthamaria11.blogspot.com/2011/12/roda-dos-expostos-da-santa-casa-de.html>. Acesso em: 24 jan. 2025.

SOUZA, Lucas Tosoli de. **Pelo direito de não ser mãe: uma década de entrega legal no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Governador Valadares, 2019, p.10-18.

TV UFMA. **Abandono paterno é a regra no Brasil**. 11 ago. 2022. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/tvufma/noticias/abandono-paterno-e-a-regra-no-brasil>. Acesso em: 03 mar. 2025.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: Assistência à criança das camadas populares no Rio de Janeiro e Salvador – Séculos XVIII e XIX. Campinas: Papyrus, 1999.

VILLELA, João Baptista. Desbiologização da Paternidade. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**. Belo Horizonte, 1979.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. “Os filhos de ninguém abandono e institucionalização de crianças no Brasil”. **Igualdade**, n. 4, p. 30-36, 2000.